

O TURISMO ECOLÓGICO E A EXPLORAÇÃO AMBIENTAL*

Thyrza Schlichting De Lorenzi Pires¹
Luiz Sérgio Philippi²

Resumo Abstract

A partir da idéia que o ecoturismo é uma forma de turismo mais atenta às preocupações ambientais e ao desenvolvimento sustentado, os autores propõem uma reflexão sobre as intervenções, os impactos ambientais e como impor limites para que o turismo ecológico não se torne massivo e de exploração ambiental.
Palavras-chave: turismo ecológico; impactos ambientais; educação ambiental.

Since ecotourism is more regardful to environmental concerns and sustainable development than other methods of tourisms, the authors offer some thoughts about interventions, environmental impacts and how to impose limits, so that ecological tourism does not become abusive and of explorative nature.
Key words: ecological tourism; environmental impacts; environmental education.

Enquanto a individualidade significar viver num mundo artificial, sem precisar respeitar o espaço natural e o tempo histórico, não haverá uma diminuição de modo de vida poluente – em que pese a crescente preocupação ambiental (Altvater, 1995, p. 251-2)

Nos tempos atuais são necessárias abordagens sistêmicas e integradas dos conhecimentos, principalmente quando se trata de campos tão complexos como os do ambiente, mundo do trabalho e do lazer. O modelo de intervenção antropocêntrico trouxe elementos novos e marcantes para a vida social e para as relações das atividades humanas com a biosfera, em que a forma de viver e trabalhar são questionáveis, pois são extremamente predatórias em relação ao ambiente e a todos os seres que nele vivem. Em relação às atitudes de cuidado ao ambiente, Pelizzoli (1999, p.23) questiona se estas provirão do “conhecimento ecológico que temos da natureza e da consequente dependência nossa enquanto espécie aí, dentro da ‘biosfera’? Ou virá da admiração dada na relação inesgotável do homem diante da maravilha e magnificência do que chamamos de natureza?”

O ambientalismo ou ecologismo é o pensamento que está envolvendo uma nova perspectiva de organização social em vista

de um processo civilizatório em crise e reestruturação. Ambientalismo não é apenas a defesa da natureza, preservação e manutenção dos vegetais e dos animais. Uma das várias correntes que sustenta o ambientalismo e as organizações ecológicas, em geral, é chamada de holística. É fundamentada no pensamento oriental, com uma retomada espiritualizante, no retorno à natureza e no resgate de culturas primitivas, nas práticas e teorias alternativas. Diz de uma harmonia e interação integradora do indivíduo no todo, no cosmos ordenado que conteria uma harmonia intrínseca, pontos de equilíbrio que regeriam a vida e assim a vida humana. Como aponta Pelizzoli (1999), estamos desenraizados demais dos aspectos ambientais; a socialização e o sistema econômico construídos geram a criação de indivíduos descartáveis. Os indivíduos buscam por uma sintonia: uma religação dinâmica com a vida levando cada vez mais em conta a criatividade e o alternativo. Buscam um resgate da vida na natureza em tempos de ameaça e autodestruição.

Nesta linha, Capra (1997) propõe que para se reconectar com a teia da vida é necessário construir comunidades sustentáveis, nas quais devemos satisfazer nossos desejos e necessidades sem diminuir as possibilidades destas reali-

zações para as gerações futuras. E para realizar esta tarefa devemos conhecer os princípios de organização das comunidades ecológicas e usar estes princípios para nos transformarmos em comunidades humanas sustentáveis.

Naturalmente, existem muitas diferenças entre comunidades humanas e ecossistemas naturais. Nas comunidades humanas há autopercepção, consciência, cultura, justiça, democracia, cobiça, desonestidade, que não são reconhecidas nos ecossistemas. Nos ecossistemas humanos os indivíduos são centrados na cultura do trabalho e do consumo, e parecem estar convencidos de que o lazer deve ser a recompensa pelo trabalho e de que o seu tempo livre deve ser preenchido por um produto de consumo capaz de lhe proporcionar o prazer, felicidade, satisfação de desejos e auto-realização, ausentes no trabalho alienado (GASPARI et SCHWARTS, 2002).

As necessidades criadas para o consumo (aqui podemos inserir o turismo/ecoturismo como mais um produto a ser consumido) e as expectativas presentes nas pessoas em busca de alternativas de lazer e esportes na natureza, como possibilidades de preenchimento do seu tempo excedente, parecem explicar, pelo menos parcialmente, a crescente demanda pelas vivências

de aventura junto a ambientes naturais, as quais preenchem a inquietação humana quanto à significação e inovação de suas experiências. Essas práticas alternativas podem funcionar, ainda que temporariamente, como forma de minimização das tensões sociais presentes no cotidiano, na esperança de driblar a mesmice do dia-a-dia, a rotina, bem como os padrões de conduta socialmente esperados, resgatando sua livre escolha, sua espontaneidade, seu prazer e sua fruição lúdica. Nestes momentos de lazer o indivíduo convive com uma natureza que lhe é exterior, mas sob seu domínio, mesmo que temporário.

Muitas pessoas, por modismo ou por envolvimento, lançam-se na busca de vivências ao mesmo tempo alternativas e também significativas, previstas nos conhecimentos difundidos pela educação ambiental, nos últimos 20 anos, fundamentados no pensamento holístico/ecológico, que propõe este retorno à natureza. Mas a lógica que sustenta os padrões atuais de consumo, ainda é mais imperiosa do que a Educação Ambiental, pois acentua as desigualdades, reforçando a individualidade, a competitividade e a valorização do ter em detrimento da coletividade, da cooperação. Freitas (2002, p 268) questiona

como poderão ocorrer transformações na individualidade, de modo a se respeitar o espaço natural e o tempo histórico se o que assistimos de modo agressivo e contínuo é a transformação dos indivíduos em consumidores cada vez mais destituídos de cidadania e das possibilidades de estruturas e ações coletivas capazes de colocar limites aos padrões de consumo atuais e reintroduzir a noção de finitude dos recursos, do planeta e da própria vida?

Dessa forma, cada vez mais, vemos os cidadãos transformados em consumidores, trabalhadores precarizados, as áreas e recursos públicos privatizados transformando a vida e o ambiente em meros artefatos de consumo e de sustentação do modelo econômico vigente, resultando em degradação ambiental.

Com isto, vivenciamos um paradoxo, pois, se por um lado, a ampliação dos padrões de consumo contribuiu para gerar os movimentos sociais críticos à degradação ambiental, por outro, reforçam uma certa espécie de consumismo, em que os indivíduos desenvolvem não somente a obrigação de consumir, mas também se apropriam de certos direitos incluindo o de consumidores de paisagens que possuam certa qualidade ambiental. Isto im-

plica na concepção de natureza como fornecedora de produtos e serviços/ espaços de lazer, segundo Freitas (2002). Isto é muito bem representado no marketing turístico que realça as belezas naturais, as paisagens para venda de seus pacotes turísticos; e em relação à venda de terras e imóveis de igual qualidade e tamanho, mas que recebem valores diferenciados por estarem localizados próximos ou não a uma bela paisagem.

Em relação à preocupação com os cuidados ambientais, percebe-se que a Agenda 21, que é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, em todas as áreas em que a ação humana impacta o ambiente, constitui-se numa tentativa de orientar para um padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as ações propostas, nos seus vários capítulos, o estímulo à sensibilização ambiental sem perder o elo com o consumo. No capítulo 36, que trata das atividades para o aumento da conscientização pública através da educação ambiental, recomenda que "os países devem promover, quando apropriado, atividades de lazer e turismo ambientalmente saudáveis, baseando-se na Declaração de Haia sobre Turismo (1989), os programas atu-

ais históricos, jardins zoológicos, jardins botânicos, parques nacionais e outras áreas protegidas” (Capítulo 36 da Agenda 21, cfe. www.mma.gov.br/agenda21) .

Segundo a Embratur, o turismo sustentável é chamado ecoturismo e deve se preocupar com a preservação do patrimônio natural e cultural, diferenciando-se do turismo predatório. É uma tendência mundial em crescimento e responde a várias demandas: desde a prática do esporte radical ao estudo científico dos ecossistemas. Tem como principais objetivos o desenvolvimento do turismo com bases cultural e ecologicamente sustentáveis, a promoção de investimentos em conservação dos recursos naturais utilizados, fazer com que a conservação beneficie materialmente comunidades envolvidas, pois somente percebendo como fonte de renda alternativa estas se tornarão aliadas de ações conservacionistas; e que seja operado de acordo com critérios de mínimo impacto para que seja uma ferramenta de proteção e conservação ambiental e cultural. Outro objetivo a ser destacado é a interação cultural, que deverá garantir que o turista incorpore para a sua vida o que aprende na visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico (cfe. www.embratur.gov.br).

Assim, quando se pensa em lazer e esportes na natureza, logo nos vem a idéia de que estas atividades podem e devem contribuir para a conservação do ambiente/paisagem, naquela premissa de que é mais fácil cuidar daquilo que se conhece.

Poderíamos dizer que os esportes e o lazer na natureza, bem como o ecoturismo, podem ser grandes aliados para evitar a destruição de ambientes que ainda se mantêm preservados e também para a conservação de outras áreas de interesse ecológico, numa visão ambiental ‘romântica’, a partir de uma análise acrítica do modelo político-econômico, que se valeria deste apelo para solucionar a migração dos trabalhadores do campo, sem trabalho, para as cidades, o modelo de agricultura que elimina a agricultura de subsistência em benefício das monoculturas latifundiárias, a falta de interiorização dos recursos de saúde, educação, a uniformização da cultura e em especial, o pouco consumo que as pessoas do interior ainda possuem.

Mas, em geral, as pessoas quando saem para estas formas de lazer querem se divertir, se desligar do mundo administrado e não pensar nos policiamentos do cotidiano: isso pressupõe não ter preocupações e cuidados, principalmente em relação ao entorno. As pessoas

querem correr, falar alto, gritar, mostrar que podem fazer, sem se preocupar se isto pode interferir naquele ambiente, alterando a biota³, ou gerar conflitos entre a comunidade e visitantes.

Em publicação da Embratur, as justificativas para estimular o turismo ecológico e as atividades de esporte e lazer na natureza consideram que o

Ecoturismo é uma tendência em termos de turismo mundial que aponta para o uso sustentável de atrativos no meio ambiente e nas manifestações culturais, devemos ter em conta que somente teremos condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio no 'diálogo' entre os seguintes fatores: resultado econômico, mínimos impactos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista (visitante, cliente, usuário) e da comunidade (visitada) (cfe. www.embratur.gov.br).

Pela análise ambiental podemos dizer que estas atividades de lazer podem se tornar um fator de aceleração dos impactos e de destruição de habitats ainda preservados. Atualmente, considera-se o termo "impacto" como qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, decorrentes das atividades antrópicas (humanas),

que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, qualidade dos recursos naturais.

Ao refletirmos um pouco sobre como estão se dando, atualmente, estas formas de intervenção, podemos elencar algumas questões para reflexão:

- O lazer na natureza aparece, atualmente, muito ligado às atividades de Educação Ambiental que valorizam um retorno à natureza. Dessa maneira, proliferam as trilhas para lugares cada vez mais distantes e desconhecidos, esportes de aventura, caminhadas, escaladas, esportes motorizados por terra, água e ar. Infelizmente o que se percebe é que não está havendo a incorporação/mudança das atitudes, comportamentos e valores pressupostos na educação ambiental, pois cada vez mais a valorização do consumo está embutida nestas "fugas para a natureza", mas sem deixar de usar a moda em roupas e equipamentos para que se possa praticar este lazer, reproduzindo o modelo de consumo urbano.
- Para a realização de muitas das modalidades de lazer/esportivas, que prezam que sejam em lugares pouco conhecidos, isto é, ainda não

muito freqüentados, normalmente se torna necessária a abertura de caminhos, trilhas, para que se chegue aos lugares cada vez mais distantes. Do ponto de vista ambiental a abertura de novos caminhos/trilhas causa a destruição da vegetação, provoca erosão, destruição de habitats e afastamento das espécies, alterações na reprodução, comportamento e hábitos alimentares da biota, coleta e comércio ilegal de espécies silvestres. Nada que se compare à destruição para exploração da agricultura, mineração ou urbanização, mas que também está acontecendo por estas formas de ocupação. Dias (2002, p. 102) cita que “segundo Skolle e Tucker (1993), as mudanças no uso da terra são a maior causa de destruição e fragmentação de habitats e estas, por sua vez, são a maior causa de extinções recentes e constituem a maior ameaça à biodiversidade”.

• Conforme Dias (2002, p. 124), “em relação às espécies animais devemos observar o afastamento destas nos locais de trilhas movimentadas ou a mudança de hábitos dos animais, passando a se alimentar de restos dos alimentos humanos deixados nas trilhas”. Na publicação oficial Estudos Ambientais Rio das Ostras, da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras (2003, p.08), observa-se esta situação, em relação, não aos animais, e sim aos humanos: “a população tradicional, expulsa do

seu ambiente natural, se soma às fileiras dos migrantes que ocupam precariamente as periferias das áreas urbanizadas”.

• Outro fato que se deve considerar com a abertura dos novos caminhos é uma possível criação de vínculos com o local. O que inicialmente pode ser interessante, nos tem mostrado que as pessoas cada vez mais querem “fugir” das cidades e querem morar no local das belas paisagens, que normalmente conheceram em momentos de lazer, até porque nestes momentos os ambientes se tornam mais bonitos e com boas lembranças. Nestes locais, então, passa a ocorrer uma valorização exagerada de terras e imóveis, o aumento do custo de vida e pressões para a superexploração de áreas turísticas. Lins (apud MINGORI, 2001) exemplifica no caso da Barra da Lagoa em Florianópolis/SC, que “ao lado das casas (rústicas) da população tradicional juntam-se as residências de veraneio”, aspecto marcante é que esta alteração da paisagem vem eliminando quase totalmente o ‘exotismo’ local, que outrora motivou a busca pelo local turístico.

• No estudo ambiental sobre Rio das Ostras (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2003, p.07), esta situação está bem descrita “a beleza ímpar de Rio das Ostras a transformou numa região de atrativo turístico, gerando grande interes-

se imobiliário, o que promoveu uma ocupação desordenada”.

- Assim, se instalam as pousadas e hotéis e logo os condomínios residenciais, que normalmente fecham o acesso ao local, tornando aquela paisagem/local, antes, de todos, exclusivo para alguns. Pode-se exemplificar novamente através do estudo acima referido (id. *ibid.*), em que é relatado que “o principal fator de degradação do município de Rio das Ostras se constitui na expansão imobiliária. A multiplicação dos espaços construídos (...) acaba por destruir o ambiente, processo que descaracteriza não só a paisagem, como também a cultura local, eliminando características e hábitos antigos”. Em estudo realizado sobre o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, Mingori (2001), relata estudo de Ferreira (1992) sobre a praia de Jurerê Internacional em Florianópolis/SC, considerando um exemplo de “mau desenvolvimento urbano”: para evitar a tendência à massificação e atrair o turista com grande poder aquisitivo, para quem a paisagem é fator primordial, houve a implantação do empreendimento turístico ‘padrão internacional’ que promoveu a valorização fundiária através da especulação imobiliária, prejuízos decorrentes do aumento da oferta de hospedagens em hotéis/residências sob o domínio de capitais externos ao local, comprometendo os

benefícios da economia local, além da desarticulação das formas tradicionais de produção pesca/agricultura em função do turismo, gerando um processo gradativo de pauperização da população local.

- A fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas e a capacidade suporte local, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais.

- Quando se instalam caminhos/rotas turísticas na natureza, logo se torna indispensável a mobilização de infraestrutura para o local. Reconhecendo-se como mais uma forma de exploração turística, exige-se a abertura de estradas, pavimentação, instalação de comércio para hospedagens, alimentação para suprir as necessidades imediatas que estas atividades caracterizadas como esportivas e de lazer geram. Instalam-se novos empreendimentos, gerados pela demanda, mas a infraestrutura sanitária, as questões da necessidade de água potável, da geração, destinação e tratamento de esgoto e da destinação adequada dos resíduos nunca ou quase nunca são

projetadas e realizadas. Moretto Neto (apud MINGORI, 2001) referencia estes fatos quando relata sobre o Projeto Costa Norte, localizado entre os morros dos Canudos e da Cachoeira (ao norte e oeste), o Arroio do Capivari (ao sul) e o Oceano Atlântico (ao leste), em Florianópolis/SC. Neste empreendimento estavam previstas características sustentáveis, como preservação do cordão de dunas, implantação e pavimentação de amplas vias coletoras e de circulação, estacionamento coletivo, critérios para ocupação vertical e horizontal, implantação de sistemas privados de captação de água potável e de águas servidas, redes de distribuição de energia, etc. O que pode ser visto na praia de Ingleses (situada na região definida para o Projeto Costa Norte) é um processo de adensamento desordenado do uso do solo, a carência do abastecimento de água potável, a inexistência de coleta e tratamento de esgotos, a deficiência da coleta dos resíduos sólidos e do abastecimento de energia elétrica na alta temporada.

- O alojamento das populações locais se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores de serviços e equipamentos de turismo, quase sempre sem nenhuma relação com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos culturais e de outras ordens. Em

relação à utilização da mão-de-obra local pelo turismo, Lins (apud MINGORI, 2001), registra que, normalmente, trabalhar no turismo, para os nativos, significa atuar como garçon-garçonete, cozinheiro-cozinheira ou ajudante, vigia, faxineiro-faxineira ou camareira, ou seja, tarefas que proporcionam baixos salários.

- Pode haver degradação ambiental, mudanças nos valores locais e na sociabilidade dos moradores, com a descaracterização ou o abandono de atividades tradicionais e, até mesmo, aumento da violência e da criminalidade.

Documentos oficiais como a Agenda 21, a Lei 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental) e publicações da Embratur têm, como exemplo para ações de cuidados com o ambiente, atividades de promoção do ecoturismo. O turismo ecológico pode ajudar na conservação ambiental desde que sejam considerados os princípios de construção coletiva de valores, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação e qualidade do meio como bem de uso comum do povo; a valorização da vida e das paisagens; a mudança de atitudes com o repensar sobre os padrões de consumo e não apenas mais uma forma de exploração dos recursos naturais, que somente vise o aumento da geração de rendimentos para alguns.

É importante considerar que, apesar de existir vários pontos a favor do desenvolvimento dos esportes na natureza e do ecoturismo, é preciso estar atento a várias situações destacadas ou não neste breve ponto de vista, para que não se faça apologia a esta indústria que nada tem de ingênuo e inofensivo. Podemos, mesmo que generalizando, destacar que onde há turismo há degradação ambiental. Os exemplos de degradação pelo turismo são abundantes, assim como o são para a agropecuária ou outros setores da indústria. Em todos os setores da economia começam a aparecer estratégias que incorporam a questão ambiental. Nas indústrias, os padrões estão estabelecidos pela certificação ISO 14000; no setor turístico a indústria do ecoturismo vende-o como um turismo em harmonia com o ambiente, sendo apontado como uma forma alternativa mais atenta às preocupações ambientais e ao desenvolvimento sustentado.

O ecoturismo e os esportes na natureza podem ser transformadores de uma determinada região desde que os planejadores do turismo articulem esta atividade com a comunidade local, com os movimentos sociais e com as administrações públicas, para serem partícipes na construção destas ações, juntamente com um compro-

misso ambiental para valorizar este tipo de turismo e cumprir as legislações ambientais. Mas fica uma questão fundamental: como impor limites para que esta forma de turismo não se torne massiva e de exploração ambiental se o que está no íntimo do nosso modelo de desenvolvimento é a busca pelo lucro?

É muito importante ressaltar o papel que a educação para o ambiente deve ter nesta construção, pois ela é um processo que deve incentivar a sensibilidade das pessoas em relação ao global, privilegiando o local, e estabelecer uma ligação dos indivíduos entre si e com a natureza. Assim, cada visitante ao mirar uma paisagem poderá nela ver revelada sua natureza, sua história, beleza e cultura. É mister que a educação ambiental encontre este caminho, consiga cumprir seu papel, para que possamos pensar esta forma de turismo - o turismo sustentável/ecoturismo - como uma aliada ao desenvolvimento local.

Referências

- AGENDA 21 - www.mma.gov.br. Acesso em 25/11/2004.
- ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo:Ed. da UNESP, 1995.
- BRASIL. EMBRATUR. www.embratur.gov.br. Acesso em 11/11/2004.

- BRASIL. Lei Federal Lei nº 9.795, de 27 de ABRIL de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.
- DIAS, G. F.. Pegada ecológica e sustentabilidade humana. São Paulo: Gaia, 2002.
- FREITAS, C. M. Subsídios para um debate sobre as inter-relações produção, consumo, saúde e meio ambiente. In MINAYO, M. C. de S. e MIRANDA, A. C. de (org). Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2002.
- GASPARI, J. C. de, e SCHWARTS, G. M.. Multiple intelligences and their representation in adventure activities. *Psic.: Teor. e Pesq.*, sep./dic. 2002, vol.18, no.3, p.261-266.
- MINGORI, J. O desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina: dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo sustentável. Dissertação (Mestrado) PSOP/CFCH/UFSC, Florianópolis/SC.2001.
- PELIZZOLI, M.L. A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. *Estudos ambientais Rio das Ostras*. Rio das Ostras: 2003.

Contatos:
Thyrza S. L. Pires
e-mail: thyrzapires@newsite.com.br

Recebido em: dez/2004
Aprovado em: fev/2005